



## **RELATORIA FIB13**

**31 de maio | Sala 1 | 16:30 às 18:00**

- **Título da sessão: Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial: expectativas e desafios de desenvolvimento e implementação**
  
- **Proponentes e co-proponentes:** Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). O LAPIN é um **centro independente de pesquisa e ação** voltado para os desafios sociais, éticos e jurídicos que as tecnologias digitais trazem a uma sociedade global conectada. Terceiro Setor.
  
- **Palestrantes:**
  - a. Thiago Moraes (Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD): **Representante do setor governamental.** LLM Law & Technology (Tilburg University), Mestre em Ciências da Informação, Bacharel em Direito e em Engenharia de Redes (UnB). Encarregado de Proteção de Dados Pessoais e Coordenador de Inovação e Pesquisa na Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). CIPP/E, CIPM, CIPT, CDPO/BR.
  - b. Bianca Berti (Transparência Brasil): **Representante da sociedade civil.** Analista de transparência e integridade na Transparência Brasil. Formada em relações internacionais pela Universidade de São Paulo, é mestranda em ciência política pelo DCP/USP. Atua no programa de transparência algorítmica da Transparência Brasil e integra o Grupo de Trabalho da EBIA no eixo de Segurança Pública.
  - c. Tarcizio Silva (Fundação Mozilla e UFABC): **Representante do setor acadêmico.** Pesquisador de doutorado na Universidade Federal do ABC. Tech Policy Senior Fellow na Fundação Mozilla. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Autor do livro 'Racismo Algorítmico: mídia, inteligência artificial e discriminação nas redes digitais'.
  - d. Eduardo Paranhos (EPG Advogados e ABES): **Representante do setor empresarial.** Advogado com mais de 25 anos de experiência. Sócio fundador do escritório EPG Advogados; Líder do Grupo de Trabalho de IA da ABES, Coordenador do Eixo de 'Legislação, Regulação e Uso Ético' da Estratégia Brasileira de IA (EBIA). Como executivo, liderou áreas jurídicas e de governança corporativa em grandes empresas multinacionais. Mestre em Direito Corporativo (incluindo Direito Digital) pela London School of Economics and Political Science (LSE), tendo recebido o 'Chevening Award' do Governo Britânico.

- e. **Moderadora:** Cynthia Picolo. **Representante do Terceiro Setor.** Advogada, bacharel em Direito pela PUC-Campinas e LL.M. em Direito Internacional Público pela Universidade de Leiden (Holanda). Diretora no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN), sendo responsável pelos times de Pesquisa e Políticas Públicas em Inteligência Artificial, Desinformação, Vigilância e Governança de Dados & Economia Digital. É também especialista em Privacidade e Proteção de Dados e tem experiência em departamentos corporativos no Brasil e no exterior.
- f. **Relatora:** Gabriela Buarque. **Representante do Terceiro Setor.** Advogada e mestra em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenadora do GT de IA e Novas Tecnologias no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). Secretária-Geral da Comissão de Inovação, Tecnologia e Proteção de Dados da OAB/AL.
- g. **Objetivos e resultados:**

A discussão objetivou refletir sobre a Estratégia Brasileira para Inteligência Artificial e os trabalhos sendo desenvolvidos em seus nove eixos: (i) Legislação, regulação e uso ético; (ii) Governança de IA; (iii) Aspectos internacionais; (iv) Qualificações para um futuro digital; (v) Força de trabalho e capacitação; (vi) Pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo; (vii) Aplicação nos setores produtivos; (viii) Aplicação no poder público e (ix) Segurança Pública.

Assim, o workshop visou abordar a sistematização da EBIA a partir do conhecimento de painelistas convidados, que contribuíram com diferentes perspectivas. O workshop foi idealizado a partir da constatação de que somente uma abordagem multissetorial e multidisciplinar seria capaz de responder às perguntas e às provocações que a IA suscita.

Nesse sentido, objetivou-se compreender a EBIA e seu contexto de desenvolvimento, especialmente (i) o trabalho dos grupos temáticos; (ii) os resultados obtidos; (iii) a diversidade em sua composição; (iv) as expectativas, desafios e os resultados até então obtidos.

É sob tal perspectiva que se reflete também sobre o contexto do debate legislativo sobre o marco regulatório da inteligência artificial, que segue em trâmite no Senado Federal e quais os impactos desse cenário nos trabalhos da EBIA. A discussão também foi pautada pela necessária compatibilização entre a

proteção dos direitos fundamentais e o incentivo ao desenvolvimento de inovação e novas tecnologias, visando um equilíbrio entre valores imprescindíveis no país.

Dessa forma, o workshop abordou o mapeamento da análise da IA no campo da EBIA, o levantamento de pontos críticos, a reflexão de como tornar o uso da IA transparente e protetivo aos direitos e a análise de instrumentos de governança.

e. **Justificativa em relação à governança da internet:**

A EBIA é uma estratégia que conecta o desenvolvimento e uso da IA com a inovação, o progresso científico e para a solução de problemas. A abordagem da EBIA é relevante para a Governança da Internet uma vez que a IA ocupa espaço em diversos ramos e possui inúmeras funções. Ela contribui, por exemplo, na ajuda a especialistas em suas atividades, no desenvolvimento de novas ferramentas, no trabalho com estruturas semânticas e na criação de oportunidades de mercado, o que, por sua vez, chama a atenção de formuladores de políticas públicas e de empresas, provocando uma corrida pela liderança em IA.

Nesse sentido, os pontos de questionamento da EBIA dizem respeito aos limites da aplicação da IA, aos impactos de seu uso em diferentes campos econômicos e à necessidade de supervisão humana, pautados na constatação de que a IA é um campo de reflexos transversais, que se expande para diversos ramos, inclusive para a governança da internet. Isso fica ainda mais claro com o surgimento de tecnologias dependentes entre si, como a Internet das Coisas e a IA.

Destaca-se que sistemas de IA se beneficiam do ambiente digital criado pela internet. Este mesmo ambiente potencializa e produz em grande escala os efeitos negativos causados por tais sistemas. Neste ponto, o workshop propôs uma discussão que se conecta com a governança da internet, já que o uso da IA é fomentado pelo desenvolvimento da Internet das Coisas e do uso massivo de redes sociais e outros aplicativos.

A discussão também se destaca considerando que ainda não há no Brasil um marco regulatório para a IA, em que pese a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional (notadamente o PL 2338/23) e o trabalho da Comissão de Juristas. O tema do painel é relevante para a governança da internet a partir da constatação de que as tecnologias em questão estão umbilicalmente conectadas e, nessa dimensão,

suas discussões têm impactos mútuos que não podem ser desconsiderados em suas regulações.

- **Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade:**

O painel contou com uma média de 1h30 de duração, que consistiu em: 5 minutos para introdução do tema e apresentação dos painelistas; 40 minutos destinados para os palestrantes exporem seus temas, sendo 10 minutos para cada um; 25 minutos de debate guiado, provocado por perguntas feitas pelo público presencial; 5 minutos para resumo de pontos relevantes abordados e encerramento do painel. Em que pese o formato híbrido do painel, não houve envio de questionamentos pelo público remoto.

- **Síntese dos debates:**

A moderadora Cynthia iniciou o painel cumprimentando e agradecendo a presença da plateia. Na sequência, apresentou os trabalhos do LAPIN e contextualizou o surgimento da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e seus nove respectivos eixos temáticos. Pontuou que o objetivo do painel é debater as expectativas, impactos e possibilidades da EBIA, trazendo transparência à discussão e conjugando com a discussão legislativa que vem ocorrendo no Congresso Nacional. Em seguida, passou a apresentar os painelistas que compõem o workshop e a dinâmica do painel.

- a. Síntese dos posicionamentos e propostas:

O primeiro painalista, Thiago Moraes, iniciou sua fala apresentando o contexto de elaboração do documento da EBIA, que contou com sua participação, como componente da equipe da então diretora Miriam Wimmer. Na sequência, apresentou os eixos temáticos horizontais e verticais da EBIA. Apresentou, também, a crítica usualmente suscitada acerca da falta de indicadores e prioridades na EBIA. Em continuidade, o painalista apresentou as dificuldades na elaboração do documento por parte do Poder Público, que se referem, em síntese, aos aspectos de reestruturação, pandemia, escassez de tempo e recursos. Informou que a ANPD tem acompanhado a discussão e participado do eixo temático 1 (legislação, regulação e uso ético), suscitando exemplos de ações estratégicas que são desenvolvidas a partir da EBIA como, por exemplo, os *sandboxes* e a criação de comitês temáticos.

Sustentou que esse processo é contínuo e dinâmico e argumentou que a ANPD participa de maneira colaborativa, mas que a revisão da EBIA depende de iniciativa do MCTI.

Encerrada a fala do painalista Thiago, a moderadora Cynthia ressaltou a relevância da concepção da EBIA e a participação da ANPD nesse processo. Em seguida, passou a palavra para a painalista Bianca Berti, representante da sociedade civil.

Bianca Berti posicionou a visão da sociedade civil a partir da defesa de direitos. Ressaltou, inicialmente, a importância da EBIA na definição de diretrizes estratégicas e políticas públicas no desenvolvimento da IA. Considera, contudo, a necessidade de uso responsável, variação de riscos e tutela dos direitos humanos. Argumenta que na EBIA tal debate é insuficiente, por não apoiar e fomentar a participação ampla da sociedade civil em seus grupos de trabalho, especialmente organizações que estão comprometidas com tais pautas. Ressaltou a assimetria de participantes da EBIA, que se concentram no governo e em setores empresariais específicos. Suscitou, também, que os convites para participação foram direcionados a entidades específicas, sem processo amplo de consulta ou seleção de organizações, prejudicando a composição multissetorial da EBIA. Ressaltou problemas organizacionais, como falhas e dificuldades na operacionalização de ações estratégicas, bem como ausência de objetivos concretos e mensuráveis. Levantou um relatório do TCU, no qual se revisa a política pública da EBIA e se aponta tais problemas, argumentando que não há uma organização sistemática e coordenada das ações e trabalhos da EBIA, nem sobre as métricas relevantes, prazos, fluxos e aportes orçamentários para cada eixo. Sustentou que a opacidade é mais um problema de transparência elementar, eis que é difícil entender o andamento de cada eixo, mesmo estando lá dentro, além de que a lista de composição das organizações no sítio eletrônico do governo federal está desatualizada. Defendeu que há também uma desmobilização intensa dos trabalhos, acentuada em 2022, que impacta na formulação de atividades internas, bem como há desinteresse do Ministério da Justiça em engajar no Eixo 9 (segurança pública), dificultando a fluidez dos diálogos.

Na sequência, a moderadora Cynthia ressaltou as dificuldades apontadas por Bianca, especialmente a problemática da concretização da perspectiva multissetorial. Então, passou a palavra para o painalista Eduardo Paranhos.

O terceiro painalista, Eduardo Paranhos, iniciou sua fala trazendo um contraponto à fala da painalista Bianca Berti. Informou que possui um papel de co-coordenação no Eixo 1, representando a Associação Brasileira das empresas de Software (ABES). Assevera as disparidades do contexto atual em relação ao contexto de dois anos atrás, especialmente no que tange às inovações tecnológicas e de regulação. O painalista se diz otimista com a revisitação da forma como a EBIA está estruturada. No que tange à participação, informa que mais de 50 entidades compõem a EBIA, incluindo academia e sociedade civil. Acrescenta que todos – incluindo o setor privado – estão na EBIA para implementar medidas que façam sentido na construção de políticas públicas. Menciona o Observatório de IA, que será conduzido com o Nic.Br e informa que tal parceria será de grande ajuda para o desenvolvimento das atividades. Acrescenta que as iniciativas se conectam com as ações dos eixos, suscitando como exemplo a normalização, tradução de conceitos pela ABNT. Assevera a dificuldade de uma solução 100% nacionalizada, razão pela qual a normalização será útil para o desenvolvimento das atividades. Pontua que a recomendação da UNESCO e da OCDE servem como guarda-chuva para o avanço das discussões. Aponta o desafio de regular em âmbito nacional, com a preocupação de não se desconectar com o que é discutido no âmbito internacional. Demonstra preocupação com uma série de projetos de lei em âmbito estadual ou municipal tratando de questões de inteligência artificial, inclusive uma lei já sancionada no Ceará tratando de princípios gerais de IA, o que traz insegurança jurídica e descentralização federativa.

Finalizada a exposição, a moderadora Cynthia pontuou as ações do Eixo 1 e o otimismo da visão de revisão e reestruturação da EBIA, ressaltando o desafio da periodicidade de reuniões, eis que nos últimos dois anos a EBIA contou com apenas 4 (quatro) reuniões, além do diálogo com o panorama regulatório que está sendo discutido no Congresso Nacional. Em seguida, passou a palavra para o último painalista, Tarcizio Silva.

O último painalista, Tarcizio Silva, trouxe a visão acadêmica sobre o desenvolvimento da EBIA. Iniciou sua fala saudando Nicéa Quintino,

professora de química na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que faleceu no dia da sessão. Prosseguiu pontuando a composição e a necessidade de participação e transparência na EBIA, contestando os próprios pressupostos da estratégia, que traz tecnocentrismo, desinformação e benefício às *big techs*. Argumenta que a IA é baseada em mão-de-obra humana, em sua maioria, precarizada, e que esse fator não pode ser desconsiderado no debate. Trata-se de um debate que não é meramente acadêmico, mas perpassa diversos setores e é importante para a soberania digital e para o desenvolvimento de políticas públicas. Acrescenta que no texto não se ressalta o objetivo de tornar o Brasil liderança na IA, mas há um tom em preparar os brasileiros para adoção ou uso, o que beneficia alguns sistemas de aluguel de uso algorítmico. Aponta que o termo guarda-chuva “inovação” é mencionado quarenta e oito vezes, ao passo em que “renda” é mencionado somente duas vezes, o que denota um contraste explícito que é observado também no desenvolvimento das estratégias. Pontua que não se fala de geração de empregos ou renda, nem de estratégias de mitigação da redução do número total de empregos. Ressalta a necessidade de debater a supremacia branca na extração de recursos humanos e a superação da colonialidade. Sustentou que são mencionados dados estrangeiros, sem se atentar para as referências nacionais e que é imprescindível pensar em políticas que promovam a diversidade racial no campo técnico. Defende que há um foco excessivo no campo de *sandbox* como panaceia para resolver todas as questões de inovação e danos nocivos e que isso não pode gerar um *delay* na regulação de IA. Por fim, reforçou a necessidade de assegurar a soberania digital.

Na sequência, a moderadora Cynthia corroborou a fala do painelistas Tarcizio, argumentando sobre a necessidade de enfrentar esses problemas para assegurar o uso responsável da IA. Iniciou-se, então, o momento de perguntas guiadas pela moderadora, oportunidade em que Cynthia pergunta para o painelistas Thiago: “De que forma você enxerga que a ANPD pode contribuir para os trabalhos na EBIA? Como isso poderia ser feito?”

O painelistas Thiago respondeu que se trata de um processo em construção e que a ANPD possui uma equipe que vem trabalhando com o panorama de IA e acompanhando o debate regulatório. Argumentou que existem forças-tarefas de reflexão interna na ANPD que amadurecem o debate antes de lançar propostas públicas, especialmente a partir da interação da agenda de

proteção de dados com IA. Argumenta que o *sandbox* é um instrumento regulatório útil, mas não é panaceia de resolução de todos os problemas, concordando com Tarcizio nesse ponto. Fala sobre o contexto do PL que tramita no Brasil em comparação com o AI ACT, considerando a proposta brasileira mais interessante, mas pontuando questões que precisam de aprofundamento, como o *sandbox*. Thiago provoca as escolhas nacionais no sentido de questionar o critério de eleição de normas para tradução no Eixo 1 da EBIA, como as da ISO no grupo da ABNT. Finaliza seus apontamentos sustentando a necessidade de considerar aspectos como discriminação racial no debate regulatório.

Na sequência, a moderadora Cynthia pergunta para o painalista Eduardo qual seria, na visão dele, o impacto do debate sobre o marco regulatório da inteligência artificial no Congresso Nacional sobre os trabalhos da EBIA. Eduardo responde que o grupo da ABNT é 100% aberto e sustenta que os trabalhos do Eixo 1 não se destinam a produzir um espelho da ISO. Na realidade, seria um mecanismo de normalização para tradução de documentos que trazem conceitos. Eduardo assevera que a discussão do Congresso Nacional impacta a EBIA, inclusive na normalização, que deverá levar em conta tais normas para efeito de adoção de iniciativas. Acrescenta, ainda, que o trabalho da EBIA também pode ser aproveitado no Congresso Nacional, sendo possível integrar as perspectivas e subsidiar os processos em curso.

Cynthia menciona a relevância da tentativa de harmonização entre os panoramas regulatórios e ressalta a tramitação do PL 2338. Cynthia pergunta, então, para Bianca: “Como você avalia os resultados dos trabalhos EBIA na proteção de grupos vulneráveis?”. Bianca argumenta que a preocupação com a defesa de grupos vulneráveis não está situada nos princípios da estratégia. Nos eixos, argumenta que não houve avanço também. Suscita que a discussão na EBIA está defasada, inclusive no que tange à discussão no Congresso Nacional sobre regulação de IA. Defende que é possível melhorar e explorar melhor essas pautas nos eixos, pensando na defesa dos vulneráveis e no combate à discriminação algorítmica.

Cynthia ressalta a revisão da EBIA como acontecimento provável e aproveita para incentivar a multissetorialidade e a diversidade na estratégia. Pergunta, na sequência, para Tarcizio: “Como você avalia a diversidade dos atores



envolvidos na EBIA e a transparência governamental? Como superar esses desafios?”. Tarcizio aponta a grande presença do setor privado na EBIA e no debate regulatório, que vem atuando no desincentivo à regulação da IA. Sustenta a necessidade de transparência multissetorial que ofereça participação para pesquisadores e sociedade civil para que todos trabalhem de forma conjunta e ressalta o papel do Estado nessa mediação. Assevera também a necessidade de avanço no debate sobre a inclusão para a maioria do mundo.

Passou-se às perguntas da plateia presencial. André Fernandes, diretor do Ip.Rec, questiona se é possível falar em estratégia se não há articulação entre os GT's. Pergunta, ainda, sobre o potencial da EBIA de criar impactos concretos nas diferentes regiões do Brasil, considerando a desigualdade regional no país. Por fim, questiona sobre o processo de tradução da ABNT e se há linguistas incorporados nesse processo que possam ajudar na compreensão de termos.

Em continuidade, Luís Henrique Acioli, componente da plateia presencial, parabenizou a multissetorialidade do painel e questionou o painelista Eduardo Paranhos acerca da transparência na reestruturação da EBIA, sob o prisma de consultas e audiências públicas.

A terceira consideração da plateia presencial proveio de uma participante do Programa Youth 2023 e se direcionou para a dificuldade de comunicar a sociedade civil sobre a EBIA, no contexto da provocação suscitada pelos painelistas Bianca e Tarcizio.

Passando a palavra para os painelistas, Thiago Moraes respondeu que a crítica de André Fernandes é pertinente e que a estratégia precisa ser continuada por ser uma agenda de Estado, e não meramente de governo. Ressaltou que a provocação das audiências públicas pode ser levada para o Ministério responsável pela condução.

Eduardo responde que na EBIA e no processo de normalização da ABNT a participação é totalmente aberta e, para tanto, basta se inscrever.

Tarcizio reforça a necessidade de comunicação com a sociedade civil e menciona tal inclusão como um desafio. Responde que a educação

tecnológica se direciona, em geral, para programação, não se voltando para a defesa de direitos humanos, tornando necessário discutir e atuar na literacia algorítmica.

Bianca Berti responde pela necessidade de construção de uma estratégia que defenda direitos nos mais diversos setores do Brasil e, ainda, que não há uma participação ampla na EBIA. Não basta dizer que está aberto, quando não houve convite às organizações de maneira pública, ampla e disseminada.

Cynthia agradece as contribuições do público e traz a reflexão sobre os avanços e as dificuldades na implementação da EBIA. Ressalta, ainda, a necessidade de harmonização entre todas as esferas regulatórias que dialogue com o panorama internacional e respeite as peculiaridades do nosso país. Finaliza informando que em um mês será apresentado um relatório sobre o painel no sítio eletrônico do FIB.

**b. Identificação de consensos, dissensos e pontos a aprofundar:**

Durante os debates, identificou-se como consenso a relevância de formulação de uma estratégia que direcione a condução das políticas públicas acerca do desenvolvimento da inteligência artificial no Brasil. Além disso, também foi identificada a necessidade de diálogo entre os mecanismos regulatórios no Brasil, incluindo a discussão que tramita no Congresso Nacional no contexto do PL 2338. Outrossim, a pertinência de um debate multissetorial e interdisciplinar também foi um consenso entre os painelistas.

Por outro lado, verificou-se que a atual transparência e composição multissetorial da EBIA é um ponto de dissenso, eis que alguns painelistas tendem a compreender que há uma abertura na estratégia para a participação da sociedade civil, ao passo em que outros painelistas compreendem que não há ampla participação nem abertura governamental.

Como pontos a aprofundar, ressalta-se a necessidade de discussão de mecanismos efetivos na EBIA e de iniciativas como o Observatório de IA. Ademais, também impende aprofundar a questão da tutela dos vulneráveis e da colonialidade na estratégia.